

## **PCC NA BOLÍVIA: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INTERNACIONAL.**

**FERNANDO BEUREN ARAUJO**

### **RESUMO**

No presente trabalho, apresenta-se, no primeiro momento, que o fortalecimento da organização criminosa denominada Primeiro Comando da Capital (PCC) é um dos principais problemas de segurança pública enfrentados pela sociedade brasileira. Fundado há cerca de três décadas dentro dos presídios paulistas, hoje, o Partido do Crime expandiu-se e se encontra em pleno processo de internacionalização. Primeiramente, o Paraguai foi o país alvo do PCC. Atualmente, ele tem voltado suas atenções também para a Bolívia, que é um dos maiores produtores de cocaína do mundo. O interesse deve-se principalmente pelo fato de este país não possuir costa marítima. Então, o PCC utiliza seu vasto conhecimento logístico de transporte da cocaína desde a fronteira, passando pelos portos marítimos brasileiros até a chegada aos mercados europeus e asiáticos. O objetivo do trabalho é estudar o processo de expansão do PCC na Bolívia e os danos decorrentes que a sua internacionalização podem causar à segurança pública e ao estado democrático de direito no Brasil. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Posteriormente, discutem-se possíveis soluções que possam contribuir para o combate à organização criminosa. Por último, conclui-se que precisam ser tomadas medidas multissetoriais urgentes a fim de enfraquecer as estruturas do PCC e assim garantir a paz e a justiça social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Primeiro Comando da Capital; Bolívia; Cocaína; Internacionalização; Segurança Pública.

### **ABSTRACT**

The beginning of this work is about the fortification of the criminal organization called First Capital Command (Primeiro Comando da Capital – PCC) and how it became one of the main public safety problems faced by Brazilian society. The PCC was founded around three decades ago within São Paulo prisons and today has expanded and is going through a process of internationalization. Firstly, Paraguay was the PCC's target country. Currently, it has also turned its attention to Bolivia, which is one of the largest cocaine producers in the world. The interest is mainly due to the fact that this country does not have a sea coast. Therefore, the PCC uses its vast logistical knowledge of transporting cocaine from the border, passing through Brazilian seaports until it reaches European and Asian markets. The aim of this work is to study the process of expansion of the PCC in Bolivia and the resulting damage that its internationalization can cause to public safety and to the democratic rule of law in Brazil. The methodology used was bibliographical research. Furthermore, solutions that could contribute to combating criminal organizations are discussed. Finally, it is concluded that urgent multisectoral measures need to be taken in order to weaken the structures of the PCC and thus guarantee peace and social justice.

**KEY-WORDS:** First Capital Command; Bolivia; Cocaine; Internationalization; Public Safety.

## **INTRODUÇÃO**

O fortalecimento do Primeiro Comando da Capital (PCC), maior facção criminosa brasileira, representa um grave risco à segurança pública nacional e ao estado democrático de direito. Nascido em 1993 dentro de presídios paulistas, ganhou força nos demais estados da federação e hoje se percebe plena expansão de suas atividades ilícitas também no exterior, com presença marcante em vários continentes, principalmente na América do Sul e na Europa. Mais recentemente a facção paulista tem voltado suas atenções para a Bolívia.

O país vizinho é um dos maiores produtores de cocaína do mundo, não possui costa marítima e o escoamento da droga precisa de um intermediário que facilite a chegada do carregamento aos portos marítimos, a fim de que possa ser enviado aos demais continentes. Nesse contexto, o PCC vislumbrou grande possibilidade de expandir seus negócios, uma vez que já possui expertise no tráfico de drogas dentro do território brasileiro com rotas e logísticas bem estruturadas.

A facção criminosa faz o papel de intermediário entre os produtores da cocaína da Bolívia até a chegada aos grandes centros africanos, asiáticos e europeus. Ela opera em praticamente todos os países da América do Sul e colabora em parceria com as principais máfias do outro lado do mundo.

As altas taxas de violência apresentam-se como um dos principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira. Elas estão muito associadas ao tráfico de drogas e aos crimes conexos a ele como roubo, homicídio, sequestro, extorsão e lavagem de dinheiro.

O PCC, também conhecido como Partido do Crime, atingiu patamares tão elevados de organização e sofisticação que seu poderio pode ser comparado aos cartéis mais violentos e perigosos do planeta como os mexicanos Sinaloa e Los Zetas, os italianos Ndrangheta e Camorra e os colombianos Cartel de Medellín e Clã do Golfo.

A expansão do PCC através de sua internacionalização por meio de parcerias com as principais máfias de drogas ao redor do planeta e a sua inserção estatal por intermédio da corrupção de agentes podem fragilizar a segurança pública e o estado democrático a tal ponto que acabam por colocar em xeque a soberania nacional.

A organização criminosa utiliza da violência e do medo para atingir seus objetivos, por meio de estatuto próprio através do qual aplica sanções aos infratores inclusive com perda da vida. Se por um lado assiste os integrantes presos com defesa jurídica e ajuda financeira às famílias, por outro, não admite traições e deslealdades dos faccionados.

O enfrentamento eficaz aos crimes transfronteiriços, especialmente os ocorridos a partir das regiões limítrofes entre Brasil e Bolívia, mostra-se desafiador para o fortalecimento da segurança pública nacional. Grande parte da cocaína produzida no país vizinho, que é o terceiro maior produtor mundial, é consumida no Brasil ou é exportada para Europa, Ásia e África, na maioria das vezes, via portos brasileiros.

O objetivo principal do trabalho é estudar o processo de expansão do PCC na Bolívia e os danos que a sua internacionalização podem causar à segurança pública e ao estado democrático de direito no Brasil.

A relevância do tema escolhido deve-se a tentativa de expor a preocupação que a ascensão e o fortalecimento da organização criminosa podem causar a instabilidade democrática no Brasil, inclusive em razão da infiltração de faccionados no governo, e que isso pode acarretar o redirecionamento de políticas públicas não desejadas pela maioria do povo brasileiro.

O presente estudo apresenta caráter inovador por trazer à baila a discussão específica da ascensão do Partido do Crime na Bolívia e o potencial de crescimento que pode levá-lo a poderes difíceis de serem, posteriormente, fragilizados.

Este trabalho pode servir de consulta aos operadores de segurança pública, das mais variadas corporações, sobretudo as que atuam em regiões de fronteira com a Bolívia.

Por fim, espera-se que esta monografia sirva, também, de embasamento técnico e científico para que os gestores e tomadores de decisão possam voltar esforços humanos, financeiros e legais ao combate e ao enfrentamento ao PCC.

Para realização do trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica. As fontes usadas foram livros, documentos, relatórios, sítios de internet e reportagens eletrônicas.

## **PCC E A SEGURANÇA PÚBLICA**

O PCC teve sua origem em meados dos anos 90, mais precisamente em agosto de 1993 na Casa de Custódia de Taubaté. No início, o objetivo era combater a opressão dentro do sistema prisional. O inimigo era o estado falido, o regime bruto, as autoridades públicas injustas, as humilhações sofridas pelos detentos e por seus familiares, alimentação ruim, superlotação carcerária, enfim todo um arcabouço penitenciário claudicante.

Trinta anos passados desde sua criação, o PCC apresenta-se hoje não só como a maior organização criminosa brasileira, com ações inclusive transnacionais, como também coloca em risco a segurança pública e a estabilidade nacional.

Os altos índices de violência mostram-se como um dos principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira. Em que pese o Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2022 ter apontado reduções nas mortes violentas intencionais (MVI) desde 2019 até 2021 (ano do último levantamento), não há o que se comemorar quando comparadas às taxas de criminalidade com as de outros países.

Mas é na comparação internacional que mais fica patente o quão distante estamos de qualquer referência civilizatória da humanidade e que, por trás da ideia de nação pacífica, vivemos uma profunda e covarde crise de indiferença e de embrutecimento das relações sociais cotidianas. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p.28).

Um episódio que evidenciou a força do inimigo não-estatal se deu no ano de 2006, chamado pela mídia de “Crimes de Maio”, em que houve uma onda de atentados terroristas contra forças de segurança e civis.

Os presos articularam uma megarrebelião simultânea em 74 presídios paulistas como forma de retaliação às transferências dos presos entre as penitenciárias a fim de enfraquecer o PCC. Paralelamente, houve caos nas cidades do estado de São Paulo, em que agentes de segurança pública, viaturas, delegacias de polícia, cadeias e prédios públicos passaram a ser alvo de ataques dos criminosos. No fim, 564 pessoas foram mortas, dos quais 505 eram civis e 59 agentes públicos.

Desde então inúmeros outros atentados ocorreram como forma de desafiar as autoridades e de demonstrar a força do Partido do Crime. A atuação do grupo tem se mostrado bastante audaciosa, tanto que em março de 2023 a Polícia Federal desarticulou um plano terrorista com intuito de sequestrar e matar diversos agentes públicos, inclusive senador da república, delegado de polícia federal e policiais penais federais em troca da liberdade de sua principal liderança, Marco Willians Herbas Camacho - vulgo Marcola – detido no Sistema Penitenciário Federal desde 2019.

Apesar de o tráfico de drogas, sobretudo o da cocaína, ser a principal atividade ilícita da organização, há diversos crimes correlatos como roubos a carga, contrabando de cigarros, assaltos a bancos e a carros fortes e lavagem de dinheiro que muito têm aterrorizado a sociedade brasileira e posto em xeque a instabilidade do estado democrático de direito.

É o que acontece por exemplo no chamado “Novo Cangaço”, no qual bandos fortemente armados cercam as cidades e promovem assaltos de grande repercussão, principalmente em instituições bancárias e estabelecimentos comerciais, amedrontando a população de pequenas e médias cidades do Brasil afora. A ação é bastante violenta, com uso de armamento de grosso calibre como metralhadoras e fuzis, além de explosivos. Geralmente, rendem as poucas guarnições policiais existentes e obstruem os principais acessos à cidade a fim de dificultar a chegada de reforço policial.

O agente de polícia federal, Eduardo Bettini, é um dos estudiosos do assunto. Em seu livro *Mamba Negra*, Bettini defini (2020, p.51) o Novo Cangaço:

Os criminosos surgem do nada, em grupos de 10 a 12 homens fortemente armados, dominam a cidade, atiram contra os destacamentos da Polícia Militar e delegacias da Polícia Civil, muitas vezes com somente um ou dois policiais cada e sem armamento pesado, ao contrário dos bandidos, que sempre estão muito bem armados. Um a um, sem pressa, eles explodem todos os bancos das cidades. Enquanto os explosivos são montados, parte da quadrilha se mantém atirando a esmo contra edificações, simplesmente para provocar o pânico na população, que se vê abandonada à própria sorte, permanecendo completamente à mercê do bando. Terminados os saques, embarcam em veículos, geralmente roubados e desaparecem no emaranhado de estradas rurais secundárias.

Vários dos assaltos desse tipo são atribuídos a criminosos ligados ao PCC, como é caso do que ocorreu dia 09 de abril de 2023 na cidade de Confresa, interior do estado de Mato Grosso, com pouco mais de trinta mil habitantes. Reportagem do site UOL, cujo título é “Novo cangaço e ligação com PCC: quem são mortos em caçada por mega assalto”, informa que alguns dos assaltantes pertenciam à facção paulista segundo a polícia, citando os nomes de Danilo Ricardo Ferreira, 46; Celio Carlos de Monteiro, 62, o Salsinha, que era o mais experiente do grupo; e Ronildo Alves dos Santos, 41, o Magrelo.

A força do grupo é tanta que as lideranças internas se gabam, inclusive, de contribuírem diretamente para a recente queda na taxa de violência do estado de São Paulo. As regras impostas pelo PCC visam tornar o mercado do crime mais lucrativo e previsível, e menos violento. Desta feita, o domínio dos crimes pode ter levado a uma redução da violência nas comunidades paulistanas e seu entorno.

Com o PCC, também denominado como 15.3.3 (de acordo com a ordem das letras no alfabeto), o narcotráfico apresenta características empresariais. Se inicialmente limitava sua atuação no estado de São Paulo e arredores, hoje se expandiu de forma sobremaneira ultrapassou os limites fronteiriços atuando de modo contundente em países sul-americanos, principalmente, Paraguai e Bolívia e ramificações na Europa e na África.

## **INTERNACIONALIZAÇÃO**

### **Início da internacionalização: Paraguai**

O plano de expansão territorial do PCC extrapola os limites geográficos do nosso país e inclui audacioso projeto transfronteiriço com países sul-americanos. Trata-se do processo de internacionalização do Partido do Crime e as possibilidades de expansão e ganhos financeiros sem atuação de intermediários, fixando-se diretamente em solo estrangeiro.

O primeiro país alvo foi o Paraguai, principalmente por ser o maior produtor sul-americano de maconha, armas e munições e por servir de entreposto para o transporte de cocaína oriunda da Bolívia, do Peru e da Colômbia. Mais recentemente, a Bolívia tem atraído interesse por parte da facção paulista.

Os índices de violência gerados pela ascensão do PCC no Paraguai foram tamanhos que os governantes locais se viram obrigados a sair da passividade e a enfrentar a facção de forma mais combativa, porquanto sua atuação em solo paraguaio ia além do comércio ilegal de drogas e de armas.

O grupo inclusive vinha se utilizando dos modos de agir dos cartéis de narcoterrorismo mais violentos do mundo, como os mexicanos, os colombianos e os asiáticos. Um episódio que pode ser citado é o mega assalto à Prosegur, em 2017, em que cerca de 40 pessoas participaram do roubo de aproximadamente US\$12 milhões da transportadora de valores de Ciudad del Este, o maior assalto da história do país vizinho.

Outro caso que chamou a atenção da sociedade acerca do poderio bélico do PCC e das intenções de controle do tráfico de drogas no Paraguai foi o assassinato, em 2016, na cidade de Pedro Juan Caballero do narcotraficante Jorge Rafaat Toumani de 56 anos de idade conhecido como o “Rei da Fronteira”.

Com o fito de frear a expansão da organização criminosa em solo paraguaio e a elucidar os casos acima, estabeleceu-se relação de cooperação internacional entre agências de inteligência e de polícia brasileiras e paraguaias.

As autoridades paraguaias enfim saíram do torpor diante da expansão dos brasileiros vinculados ao PCC pelo seu território. Esse cenário preocupante levou as autoridades paraguaias a estabelecerem ações de cooperação envolvendo as polícias e os setores de inteligência paraguaios e brasileiros. A prisão dos suspeitos de participar do roubo da Prosegur em agosto de 2017 foi resultado dessa atuação conjunta. Outros núcleos do PCC em solo paraguaio foram desarticulados. (MANSO E DIAS, 2018, p. 291).

Um dos resultados mais exitosos da cooperação descrita acima se deu com a deflagração da Operação *Pulp Fiction* em 2017 após quinze meses de investigação e que resultou na apreensão de mais de 500 quilos de cocaína e dezenas de pessoas detidas.

A operação foi uma ação articulada entre o Ministério Público, a Senad paraguaia e a Polícia Federal brasileira. De acordo com os responsáveis pela investigação, o alvo era uma base de operações do PCC que tinha o objetivo de transportar cocaína da Bolívia para o Brasil, utilizando o Paraguai como entreposto. (MANSO E DIAS, 2018, p. 291).

Com o cerco se fechando no Paraguai principalmente em decorrência da atuação de ações de cooperação conjuntas entre o governo local e o brasileiro, lideranças do Partido do Crime vislumbraram a Bolívia como potencialmente favorável a corresponder aos seus anseios por crescimento e progresso internacional.

## **BOLÍVIA**

O PCC teve sua origem no interior do estado de São Paulo e após se tornar a maior facção criminosa brasileira, apresenta rápida expansão de seus negócios e passa a atuar fortemente também na atividade criminosa em países sul-americanos, como a Bolívia. O site UOL publicou no ano de 2022 a matéria intitulada “Como o PCC fez da Bolívia o “QG do pó” exportado para África e Europa”, segundo a qual afirma que “A Bolívia se tornou a maior produtora da cocaína exportada aos países da Europa pelo PCC nos últimos sete anos, segundo indicam investigações conduzidas pelo Ministério Público.”

Um dos principais estudiosos do tráfico de cocaína no Brasil é o jornalista Allan de Abreu. No seu livro “Cocaína - A Rota Caipira – O narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil” o autor explica que os três países andinos (Bolívia, Colômbia e Peru) apresentam características climáticas e fisiográficas peculiares que propiciam o cultivo da folha de coca, matéria prima para a produção do entorpecente.

A coca não é nativa da Chapare, região plana da Bolívia, alagadiça e quente. Foi levada para lá no início dos anos 1980 no altiplano andino, próximo à capital La Paz, onde a coca conta com o clima ideal: altitude superior a 3,5 mil metros e clima frio. Ao descer para os 200 metros de altitude do Chapare, o vegetal adaptou-se: perdeu altura e ganhou folhas ligeiramente menores, de sabor ácido e mais duras, sem o aveludado original. Por isso não é tão apreciada para seu uso tradicional pelo boliviano, a mastigação. Segundo a Polícia Federal brasileira, mais de 90 % do que é produzido na região torna-se pasta base de cocaína com destino certo, o Brasil, incluindo a rota caipira (ABREU, 2022, p.783-784).

A divisa entre Brasil e Bolívia tem uma extensão de 3.423km, sendo 751km de fronteira seca e o restante (2.672Km) de água fluvial. Os quatro estados brasileiros que fazem fronteira com a Bolívia são Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre. A parceria com traficantes bolivianos se deu basicamente pela junção de dois fatores. O Brasil não é produtor de cocaína, portanto, a facção paulista precisava associar-se a algum país largamente produtor. Por outro lado, a Bolívia, em que pese grande produtor, não possuía logística de distribuição em vasta escala para fazer chegar a droga aos mercados consumidores.

Grande parte da cocaína produzida no país vizinho é consumida no mercado interno brasileiro e outra parte exportada para Europa, Ásia e África via containers marítimos saindo de portos brasileiros. A Bolívia é o principal fornecedor de cocaína do PCC. Estima-se que 90% da droga vendida no Brasil seja produzida lá.

A produção de cocaína bateu um novo recorde, com crescimento de 11% em relação a 2019, chegando a 1.982 toneladas em 2020. As apreensões de cocaína também aumentaram para um recorde de 1.424 toneladas neste mesmo ano. Quase 90% da cocaína apreendida globalmente em 2021 foi traficada em contêineres e/ou por via marítima. Os dados das apreensões sugerem que o tráfico de cocaína está se expandindo para outras regiões fora dos principais mercados da América do Norte e Europa, com o aumento dos níveis de tráfico para a África e Ásia. (RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE DROGAS, 2022).

Nesse sentido, a fim de proporcionar o escoamento da cocaína à Europa, o PCC vislumbrou oportunidade de potencializar seus lucros ao controlar a droga oriunda da Bolívia até o destino final sem a presença de intermediários. Os primeiros registros do início da relação PCC-Bolívia se deram no ano de 2008.

Até 2008, porém, a facção dependia de vários intermediários para importar droga boliviana e paraguaia até solo paulista. Naquele ano, os “irmãos” decidiram controlar toda a rota de droga, desde o país vizinho até a Grande São Paulo, sua principal clientela, passando pelo interior paulista. Assim, reduziram os custos e maximizariam lucros. (ABREU, 2022, p. 359).

Com o fito de facilitar a logística e a execução do plano de comercializar diretamente a droga com os cartéis bolivianos, foi necessário primeiramente estabelecer-se de forma permanente nos estados brasileiros fronteiriços (AC, RO, MT e MS).

Coube a Jaquemar abrir caminho para a facção no estado de Mato Grosso, entreposto estratégico para as remessas de cocaína até São Paulo. Em poucas semanas, cuidou da compra de várias fazendas na região de fronteira com a Bolívia. As propriedades se espalhavam por cinco cidades: Cáceres, Porto Espiridião, Lambari d'Oeste, Tangará da Serra e Campo Novo dos Parecis. (ABREU, 2022, p.360).

A aquisição das fazendas tem fundamentalmente três funções: propiciar utilização de pistas de pouso clandestinas para receber as aeronaves carregadas de cocaína oriundas da Bolívia; servir de depósito da droga até serem carregadas em carretas e, por último, utilizá-las para lavagem de dinheiro e sonegação fiscal.

Acabou que o PCC, com o tempo, angariou também muitos nativos daquela nação e com isso o conseqüente fortalecimento da facção no próprio país vizinho.

Não eram só brasileiros os “irmãos” estabelecidos na Bolívia e no Paraguai. A “ideologia” do PCC cativou algumas dezenas de nativos nos dois países. Em janeiro de 2013, a Felcn flagrou um laboratório de refino de coca no meio da selva em Santa Rosa del Sara, Bolívia. No comando, dois bolivianos ligados ao PCC. Dois meses depois, nova operação policial, desta vez em Santa Cruz de la Sierra, deteve oito brasileiros, três bolivianos e dois paraguaios filiados à facção. (ABREU, 2022, p.375).

Embora haja diversos integrantes brasileiros da facção em solo boliviano, a quase totalidade não executa as tarefas agrícolas de plantio e cultivo da folha de coca, nem da produção da cocaína, nem de seu refino.

Basicamente, atém-se na área comercial e transporte da droga. Segundo Abreu (2022, p.787), “Os traficantes brasileiros não participam diretamente da produção da cocaína, mas são os principais compradores dos laboratórios da região do Chapare/Bolívia”.

Como dito, a facção paulista atuava com integrantes fixados diretamente no Paraguai, que foi o país escolhido como sendo o precursor do processo de internacionalização. Porém, operações de combate ao narcotráfico do governo daquele país fizeram com que houvesse redirecionamento das atenções de lideranças do PCC para a Bolívia por volta do ano de 2016.

De acordo com suposições de autoridades policiais, as lideranças do PCC Gegê do Mangue e Paca teriam percebido o cerco se fechando no Paraguai e optaram por fugir, dessa vez para território boliviano. A Bolívia, país central na economia da droga, é produtora de boa parte da cocaína adquirida pelo PCC (MANSO E DIAS, 2018, p.291).

Além das facilidades de comunicação da língua espanhola havia também o sentimento de impunidade do governo boliviano contra o tráfico de cocaína. Nesse sentido Abreu (2022, p.789), “Para piorar ainda mais o quadro, as instituições públicas soam frágeis diante do alto poder corruptor do narcotráfico”.

No livro Cabeça Branca, o escritor Allan de Abreu conta detalhes da história e da captura de um dos maiores traficantes de cocaína do Brasil, Luiz Carlos da Rocha. Nele o autor explica problemas de corrupção envolvendo governos brasileiro, paraguaio e boliviano. Conforme explica Abreu (2021, p. 131), “A polícia nacional paraguaia é famosa pela corrupção desenfreada, mas a Secretaria Nacional Antidrogas é temida pelo narcotráfico, por ser a menos suscetível ao poder da propina, muito em função do apoio logístico e financeiro da DEA e da PF brasileira”.

Os faccionados em liberdade, pertencentes ao topo da pirâmide hierárquica, Gegê do Mangue e Paca foram os principais responsáveis pelo processo de amadurecimento da internacionalização do PCC na Bolívia como explica Manso e Dias (2018, p.292), “refugiados aparentemente na região de Santa Cruz de la Sierra, Gegê e Paca trabalharam arduamente na construção de canais para abastecer o Partido do Crime e alguns de seus líderes”.

## **EXPORTAÇÃO**

Outra ação que reforça a importância de Gegê é que ele realizou um feito até então inédito e mudou o patamar do PCC no cenário mundial do narcotráfico: construiu um canal de exportação da cocaína para Europa, via portos marítimos, muitas vezes por meio da corrupção de agentes portuários.

A atuação das duas lideranças fora da prisão ampliou os negócios do PCC. Gegê realizou um feito então inédito e fundamental para compreender o que ocorreu na sequência: construiu um canal de exportação de cocaína para a Europa. Esse produto foi chamado de *tomate*, gíria utilizada internamente e que indica a cocaína do PCC destinada exclusivamente à exportação. O esquema era feito integralmente pelo Porto de Santos, o que acabou por fortalecer significativamente os integrantes do PCC por lá estabelecidos (MANSO E DIAS, 2018, p.292).

Aqui é um marco importante para a ascensão do PCC: a construção do canal de exportação em parceria com as principais máfias do narcotráfico como a da Calábria, a 'Ndrangheta e a da Camorra, de Nápoles.

## **MODUS OPERANDI**

O *modus operandi* do grupo se dá basicamente da seguinte forma: aquisição de cocaína principalmente da Bolívia, transporte em aeronaves com pousos em pista clandestinas sobretudo nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; transporte em veículo de carga até o interior paulista (na chamada Rota Caipira), onde a droga é refinada e colocada em contêineres marítimos e, por último, segue até chegar aos mercados europeus.

A cocaína geralmente chega ao território nacional sob duas formas: pasta base de cocaína e cloridrato de cocaína, sendo esta pronta para o consumo final e aquela necessitando de processamento químico para refino, que geralmente é realizado no estado de São Paulo devido à grande quantidade de indústrias do setor químico e às facilidades de acesso ilegal aos insumos e subprodutos necessários ao refino. Após, a cocaína é escondida em containers e atravessa o mar atlântico até chegar ao destino.

As rotas utilizadas pelos narcotraficantes para levar a droga da Bolívia até os grandes centros urbanos como os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são mutáveis e variam de acordo com as perspectivas e as probabilidades de serem descobertos pela fiscalização. Após a chegada em solo brasileiro, geralmente são acondicionadas em carretas em meio a cargas lícitas como milho, soja ou em caminhões frigoríficos, etc.

O principal meio de transporte para o Brasil são os aviões, uma vez que, no país vizinho, não há sequer controle do tráfego aéreo, embora a lei promulgada por Morales preveja o abate de aeronaves ilegais. A PF calcula que, a cada três dias, pelo menos um avião cruze a fronteira dos dois países carregando de 200 a 500 quilos de droga, a maioria com destino ao interior paulista. (ABREU, 2022, p.787).

A troca de veículos brasileiros objeto de furtos e roubos por cocaína é muito utilizada pelos traficantes em áreas de fronteira. Veículos roubados em grandes centros urbanos no Brasil são levados até o país vizinho e lá são trocados por tabletes de cocaína. Usualmente, são colocadas placas duplas nos automóveis e nas caminhonetes até conseguir atravessá-los à fronteira e lá permanecem sem qualquer fiscalização por parte do governo boliviano.

Mesmo quando o poder político na Bolívia não se embebeda no crime, é conivente com ele. Assim como no Paraguai, o comércio de carros objeto de crime do lado brasileiro ganhou incentivo do governo boliviano em junho de 2011, quando Evo Morales autorizou a legalização de carros sem documentação. As feiras de carros em Santa Cruz de La Sierra, principal cidade da Bolívia, com 1,7 milhão de habitantes, são a face mais visível da complacência do governo com o comércio de veículos furtados ou roubados nos países vizinhos, incluindo o Brasil. Na feira de Challapata, que acontece nos finais de semana, chama a atenção a fila quilométrica de carros e caminhonetes, cerca de 17 mil, a maioria sem placas e documentos - é raro encontrar algum legalizado. A compra e venda de automóveis é feita às claras, sem qualquer fiscalização. (ABREU, 2022, p.334).

A negociação de carros roubados por cocaína é apenas uma das moedas de troca utilizadas pelo PCC nas regiões de fronteira com a Bolívia, que aos poucos têm sido dominadas pela facção brasileira. Sua expertise é tamanha que possui características empresariais cuja estrutura organizacional é composta por diretorias, núcleos de coordenação, uma verdadeira multinacional do crime que produz relatórios no qual apontam por exemplo os integrantes mais produtivos que, por sua vez, recebem bonificação e promoção, e também indicam os faccionados com

baixos índices de desempenho que, por outro lado, são cobrados pela alta gestão e pagam, inclusive com a vida, nos chamados Tribunais do Crime.

## **Enfrentamento ao Partido do Crime**

O PCC possui ideologia e código de conduta próprios que garantem organização, coesão e capilaridade ao comando. Mesmo com os principais chefes encarcerados, o grupo continua em pleno desenvolvimento, ampliando de forma direta e indireta suas relações de influência, em que centenas de jovens espelham-se nas lideranças e aguardam oportunidade para ingressar no Partido do Crime e galgar, com o tempo, os altos postos da hierarquia.

O enfrentamento armado protagonizado entre o Estado e a facção paulista pode ser comparado às guerras civis, uma vez que é de alta intensidade, demanda elevados recursos humanos e financeiros e atinge grande quantidade de vítimas (de ambos os lados). Além disso estão postos em xeque valores inegociáveis como a soberania e a paz social.

O Coronel do Exército Brasileiro, Alessandro Visacro, em seu livro Guerra Irregular explica que o poder público não dispõe de políticas e recursos orçamentários que permitem combater efetivamente a violência em sua origem, pois as organizações policiais não acompanharam a evolução tecnológica e organizacional do tráfico de drogas. Além disso, a legislação brasileira é inadequada. O sistema penitenciário é parte delicada do problema. Também, o mercado consumidor interno expande e com ele o patrocínio aos segmentos armados não-estatais.

Sendo certo que o apoio popular é um requisito básico para legitimar a luta do Estado contra o narcotráfico, os esforços, então, devem ser orientados em respaldar as ações do poder central. Para isso, ensina Visacro (2022, p. 343):

- As Forças Armadas e as corporações policiais devem:
- atuar dentro dos limites legais, dispondo, para tanto, de um arcabouço jurídico adequado às ações policiais e à condução das operações militares;
  - apresentar conduta ética e, tanto quanto possível, transparente;
  - fazer uso limitado da força letal;
  - sobretudo colaborar para que sejam dadas respostas eficazes às necessidades básicas, aos anseios e às reivindicações da população local.

Um enfrentamento eficaz perpassa por investimentos em operações de inteligência integradas entre as forças de segurança. No Brasil, uma dificuldade encontrada deve-se ao fato de haver diversas instituições policiais a nível municipal, estadual e federal e cada uma delas com banco de dados e conhecimentos próprios, o que dificulta a concisão das informações e posterior análise e tomada de decisão por parte dos gestores responsáveis.

### **Guerra Irregular**

A guerra travada entre poder público e organizações não-estatais armadas, como é o caso do embate entre governo brasileiro e o PCC, pode ser considerada como “Guerra Irregular”, segundo conceito desenvolvido por Visacro em que o modo de combate é caracterizado por táticas e estratégias que fogem às regras dos exércitos regulares.

Guerra Irregular ou Conflito Assimétrico para ele (2022 p.221) “apresenta caráter informal, dinâmico, flexível e mutável e tem frustrado as expectativas daqueles que procuram, em vão, por padrões doutrinários rígidos, aplicáveis com a mesma abrangência encontrada na guerra regular. É uma guerra que aparentemente não é guerra”.

Junto ao enfrentamento propriamente dito contra o PCC, seja nas apreensões de drogas e prisões dos traficantes, seja na descapitalização e enfraquecimento financeiro da organização, é fundamental também uma abordagem sistêmica integrada entre as mais variadas áreas de atuação estatal conforme relata Visacro (2022, p.345), “É necessário dar ênfase na promoção de reformas sociais e no desenvolvimento de políticas públicas focadas na melhoria de condições de vida da população”.

A fim de proporcionar resultados mais vantajosos é importante que sejam realizadas análises acerca dos inúmeros casos de conflitos parecidos que ocorreram ou ainda coexistem no cenário mundial e aplicar, na medida do possível, as soluções no Brasil. É fundamental perceber os acertos e tentar repeti-los, bem como notar os erros e evitá-los.

## **Caso Colômbia**

O combate ao narcotráfico ocorrido na Colômbia pode ser um interessante estudo de caso a ser aplicado no Brasil, respeitando, é claro, as peculiaridades e diferenças entre os distintos cenários.

Para Visacro (2022, p.296), “A Colômbia é palco de uma das mais longas campanhas irregulares da atualidade. O país possui uma tradição de violência profundamente enraizada em suas relações sociais”. Desde o final do século XIX, há disputas das mais variadas causas, desde conflitos entre elites locais perpassando por diversos estopins, culminando na ascensão da indústria da cocaína nos anos de 1980.

Em relação ao último item acima, Visacro (2022, p.301) conclui que “Depois de ininterruptos anos de violência, a Colômbia revelava-se uma sociedade dilacerada por lutas internas. Suas instituições encontravam-se desacreditadas e o poder político, fragmentado”.

A nação colombiana apresentava-se em pleno processo de decomposição política e social muito atrelado ao farto subsídio proveniente do narcotráfico. Os principais cartéis eram o de Cali e o de Medellín, este último comandado por Pablo Escobar.

A violência associada à droga era tamanha que a Colômbia recebeu o preocupante estigma de um dos países mais violentos do mundo na época. As taxas de homicídios, latrocínios, sequestros e extorsões, por exemplo, dispararam. E quem ousava investigar e punir os narcotraficantes poderia tornar-se alvo de atentados terroristas.

A mais ousada ação do M-19, por exemplo, foi patrocinada por Pablo Escobar e outros malfeitores. Em novembro de 1985, militantes daquele grupo revolucionário invadiram o Palácio da Justiça, em Bogotá, e fizeram os 24 magistrados da Suprema Corte da Colômbia como reféns. Durante ação de retomada pelo exército, quarenta guerrilheiros foram mortos e cinquenta funcionários do governo, dos quais sete juízes, também pereceram. (VISACRO, 2022, p.301).

Os Estados Unidos, maiores consumidores de cocaína do mundo, viram-se obrigados a envidar esforços a fim de minimizar a oferta da droga em seu território, haja vista as consequências arrasadoras que o consumo traz nas áreas da saúde, economia e segurança pública.

Nesse sentido, agentes do DEA (*Drug Enforcement Administration*) e da inteligência americana trabalharam em estreita colaboração com o governo colombiano no intuito de frear Pablo Escobar. Porém, após longa caçada ao narcotraficante, que culminou em sua morte, verificou-se que o desbaratamento dos cartéis de drogas não restavam suficientes, pois os índices de violência continuavam exacerbados.

Então, o governo americano lançou o Plano Colômbia, no qual, basicamente, injetou recursos financeiros para o combate à droga e às guerrilhas. Conforme Visacro (2022, p.305), “Em 2001, unidades colombianas, treinadas pelos Estados Unidos, destruíram setenta toneladas de cocaína, estouraram 1,4 mil laboratórios destinados a transformar as folhas de coca em pasta-base, além de outros 84 laboratórios responsáveis por refinar e transformá-la em cocaína”.

O presidente eleito na Colômbia em 2002, Álvaro Uribe, com objetivo de diminuir os índices de violência, optou por lançar programa de governo com forte viés em ações governamentais (em detrimento de contar apenas com operações militares em parceria com o governo americano). É o que Visacro explica (2022, p.306), “as medidas abrangiam essencialmente a retomada e a consolidação do controle territorial; a recuperação da presença do Estado, sobretudo nas áreas tradicionalmente desassistidas; o atendimento às demandas sociais da população e a adoção de modelos autossustentáveis de desenvolvimento econômico”.

As medidas mostraram-se benéficas e favoráveis para a época, embora ainda coexista a instabilidade decorrente da elevada produção de cocaína na Colômbia e seus consequentes crimes correlatos.

### **Medidas combativas**

Aqui não se tem a pretensão de ditar a solução para minar o poderio econômico-bélico das organizações criminosas envolvidas com o narcotráfico. Até

porque esse problema já assola a população mundial há vários séculos e as propostas são de difícil resolução quando postas em prática. A finalidade desta seção é de citar prováveis medidas que possam contribuir, conjuntamente a outras, na minimização da força dos grupos criminosos, especialmente a do PCC.

Desta feita, percebe-se que o enfrentamento ao narcotráfico é um desafio que demanda medidas multissetoriais que vai desde a destruição das plantações de coca na Bolívia, Peru e Colômbia passando por programas de cooperação mútua entre agências de polícia e de inteligência de diferentes países, investimentos socioeconômicos aplicados diretamente nos países andinos, diminuição da oferta da droga, recrudescimento das leis aplicadas aos criminosos, atuação na descapitalização de ativos das facções provenientes do narcotráfico, dentre outras.

Para isso é necessário que sejam feitos vultuosos investimentos financeiros nos países produtores. Por serem nações carentes e subdesenvolvidas, o tráfico de drogas fomenta a economia local. Além disso, há grande incidência de corrupção nos governos, que coadunam com as práticas ilícitas das organizações criminosas.

Para tanto, países com economias abastadas dos mais variados continentes têm o dever de assumir parcela de responsabilidade e contribuir no financiamento da erradicação das plantações de coca. Paralelamente, também devem ter o compromisso de ajudar no desenvolvimento socioeconômico das nações cocaleiras. Indiretamente a sociedade das nações provedoras dos recursos poderá ser beneficiada com a redução da oferta da droga em seu território.

A redução da oferta de entorpecentes também está relacionada com a melhor capacitação dos agentes fiscalizadores, aumento de efetivo policial principalmente nas áreas de fronteira, investimentos em tecnologia a fim de detectar presença de substância ilegal dissimulada em veículos, por exemplo. As agências de investigação devem trabalhar integradas e coesas entre si. Uma dificuldade encontrada no Brasil, como já mencionado, reside justamente na grande quantidade de instituições policiais existentes (em todos os âmbitos - municipal, estadual e federal), cada qual com seu banco de dados próprio, o que acaba prejudicando a análise e interlocução das informações geradas.

O fomento à criação de diversos bancos de dados e a integração entre eles é um dos caminhos mais indicados para consubstanciar o trabalho investigativo e combater o narcotráfico de forma mais eficiente. Exemplo disso decorre do aumento de pontos OCRs (Captura Automática de Dados) que se destinam a identificar as placas dos veículos ao longo das estradas (federais, estaduais, perímetros urbanos, etc.). Quanto mais pontos existirem, maiores serão as probabilidades de os agentes de inteligência apontarem algum veículo com rota suspeita.

As grandes dimensões territoriais de alguns estados da federação, mormente nas regiões norte e centro-oeste, apresentam facilitador para os traficantes, pois contam com muitas opções de estradas para realizarem o percurso desde a fronteira até os grandes centros de distribuição do sudeste.

Até um tempo atrás, apenas as rodovias federais eram asfaltadas e as estradas estaduais eram de difícil trafegabilidade. Com investimento dos governos estaduais e da iniciativa privada, muitas rodovias estaduais passaram a ser asfaltadas e a apresentar boas condições de dirigibilidade. Com isso, a fim de evitar a fiscalização federal, muito traficantes optam por desviarem das Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, e passam a transitar em estradas estaduais asfaltadas ou que, embora de terra, apresentem reduzidas probabilidades de serem abordados e fiscalizados pelas polícias estaduais.

Acessos a bancos de dados integrados referentes a romaneios de carga e notas fiscais também podem ajudar os analistas e os *softwares* de inteligência artificial a detectar CVCs (combinação veicular de carga) suspeitas de estarem transportando algum ilícito. Nesse mesmo sentido, é importante integrar as informações acerca das exportações a partir de portos marítimos, como origem, destinatário, produto, peso, valor, etc.

Com o propósito de atacar as lideranças, faz-se necessário, também, atuar com estratégias a partir da mudança de paradigmas que busquem o sequestro de bens, as prisões de lideranças (e seu isolamento dentro dos presídios), as ações coordenadas e a conseqüente desarticulação do crime organizado.

Além de outras medidas, o sistema penitenciário deve ser cuidadoso e criterioso no momento de permitir o contato de presos de pouca experiência no mundo do crime com lideranças das organizações criminosas. A convivência pode contribuir para o aprendizado do inexperiente, fazendo com que saia da prisão com grau de periculosidade maior e mais nocivo à sociedade do que quando ingressou na carceragem.

O Sistema Penitenciário Federal (SPF) foi criado no ano de 2006 com objetivo fundamental de segregar as principais lideranças das organizações criminosas. Acontece que para ele não foi promulgada nenhuma lei específica no que toca a execução da pena, de modo que é aplicada a Lei nº 7.210/84 (Lei de Execuções Penais), a mesma empregada nos sistemas estaduais, em que pesem as diferenças consubstanciadas entre os diversos cenários.

O SPF, por ser mais rígido, deveria por exemplo não permitir visitas íntimas aos detentos. São durante elas que os chefes das facções podem passar ou receber recados de suas companheiras e dessa forma continuar comandando seus subalternos em liberdade.

Até mesmo as visitas sociais e jurídicas (com os advogados) deveriam ocorrer somente no parlatório, no qual as partes se comunicam separadas por vidro, por meio de interfone e sem contato físico, dificultando dessa forma, a comunicação para além dos muros sem que sejam interceptadas pela inteligência penitenciária.

Nesse ponto, importante trazer à baila as reflexões de Visacro (2022, p.346) para quem, “Os maiores óbices encontram-se no grau de deterioração do cenário político-social; na falta de capacidade de o Estado promover as reformas necessárias; no potencial militar das forças irregulares e na aptidão das forças convencionais de conduzir a bom tempo o combate aos rebeldes”.

Assim, a dificuldade reside justamente em colocar as ideias acima efetivamente em prática, ainda mais levando-se em consideração o cenário político pátrio, em que se duvida das reais prioridades de alguns setores governamentais.

## **CONCLUSÕES**

De acordo com o exposto no decorrer do presente trabalho, o processo de internacionalização do PCC e seu conseqüente fortalecimento representa grave ameaça à segurança pública no Brasil. Caso a facção não seja fragilizada de forma eficiente há possibilidades reais de ela atingir patamares tão complexos de organização que torne ineficaz seu enfrentamento, podendo colocar em risco o estado democrático de direito e a soberania social.

As lideranças do Partido do Crime vislumbraram grandes perspectivas de ganhos financeiros ao expandirem seus negócios na Bolívia. Os principais fatores são: ela é a terceira maior produtora de cocaína do mundo; o país vizinho não tem costa marítima para que possa exportar diretamente a droga para Europa; facilidades com a língua espanhola; sentimento de impunidade em relação às autoridades locais contra o narcotráfico e domínio da logística de transporte da droga no Brasil.

A atuação do PCC na Bolívia precisa ser combatida imediatamente pelas autoridades brasileiras. Talvez uma importante solução seja por meio da implementação de parcerias e cooperação internacional entre as agências de polícia e de inteligência de ambas as nações.

A solução para o enfrentamento à facção paulista é bastante complexa e requer a adoção de medidas multissetoriais, além de desenvolvimento econômico para diminuir a desigualdade social, melhorias na educação, reforma da legislação penal e do próprio sistema prisional, dentre outras.

É preciso também que haja investimento do Estado na segurança pública com aumento de efetivo policial nas áreas de fronteira, treinamentos adequados aos agentes fiscalizadores, financiamento em novas tecnologias, aquisição de equipamentos modernos tais como os que facilitem a descoberta da droga oculta em veículos. No mesmo sentido, é necessário investimentos em radares de controle de tráfego aéreo a fim de detectar aeronaves usadas pelo tráfico de drogas (que geralmente sobrevoam em baixas altitudes, o que dificulta a identificação com os radares atuais) e assim serem abordadas pela Força Aérea Brasileira (FAB).

É fundamental que as polícias investigativas e os ministérios públicos atuem de forma rigorosa na descapitalização de ativos das organizações criminosas. No contexto internacional, a redução da oferta de drogas perfaz pela perda econômica das facções e a consequente reversão dos bens apreendidos e perdidos em favor da União especificamente no fortalecimento do combate ao narcotráfico.

As nações mais abastadas do mundo têm o dever de financiar os países andinos, seja com melhorias no desenvolvimento social (que vai desde educação, saúde, saneamento, segurança, etc.), seja com redução na oferta da droga com destruição das plantações de coca, por exemplo.

Portanto, o enfraquecimento do PCC tem que ser pauta permanente nos debates e ações do poder público brasileiro junto à sociedade. O combate ao Partido do Crime, que deve ser realizado de forma multidimensional, é caminho inegociável para que possamos construir uma nação mais segura e desenvolvida.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. **Cabeça Branca**: a caçada ao maior narcotraficante do Brasil. 2.ed. - Rio de Janeiro: Record, 2021.

ABREU, Allan de. **Cocaína - a rota caipira**: o narcotráfico no principal corredor de drogas no Brasil. 5.ed. - Rio de Janeiro: Record, 2022.

**ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. 16ªed. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 09 maio 2023.

BETTINI, Eduardo. **Mamba Negra** – o combate ao novo cangaço. Cascavel: Alfacon, 2020.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular**: terrorismo, guerrilha e movimento de resistência ao longo da história. 1.ed., 7ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2022.

VISACRO, Alessandro. **A guerra na Era da Informação**. 1.ed., 2ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2022.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A Guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. 1.ed. São Paulo: Todavia, 2018.

**RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE DROGAS**. 6ª ed. 2022. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2022/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2022-do-unodc-destaca-as-tendencias-da-pos-legalizacao-da-cannabis-os-impactos-ambientais-das-drogas-ilicitas-e-o-uso-de-drogas-por-mulheres-e-jovens.html>. Acesso em: 09 maio 2023.

**UOL. Como o PCC fez da Bolívia o “QG do pó” exportado para África e Europa.**  
Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/08/29/bolivia-producao-cocaina-pcc-exportacao-europa.htm>. Acesso em: 09 maio 2023.

**UOL. Novo cangaço e ligação com PCC: quem são mortos em caçada por mega-assalto** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/05/12/quem-sao-envolvidos-mega-assalto-confresa-mt.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em: 13 maio 2023.